

“Tollan” voltou ao normal



Agora ainda falta rebocá-lo até ao Poço do Bispo

Uma manhã de nevoeiro denso encobriu o acidente e dificultou os socorros há três anos e oito meses e meio. A noite primeiro e o fim-de-semana depois voltaram a subtrair o «Tollan» a olhares curiosos no seu regresso à posição que os barcos devem ter para cruzarem mares e tocarem mundos.

A «Sealift» teve êxito nas suas operações para virar o barco accidentado andavam os relógios a dar minutos e segundos à volta das 20 e 20 de ontem. As ondas alterosas que se esperavam não apareceram porque o fim da cambalhotada foi calmo e remansoso, com o «Tollan» a refestelar-se sobre o lodo do Tejo.

Os mirones que cederam aos apelos da Comunicação Social terão adivinhado mais do que visto. Mas ouviram claramente os apitos de muitos barcos que comemoraram o acontecimento, do mesmo modo que abrem caminho em manhãs de nevoeiro.

A empresa alemã, finalmente, dava, por seu lado, um grande passo para transformar em factos os 985 mil dólares que contraiu para fazer o serviço. Mas falta-lhe, ainda, retirar água e lodo que obrigam o barco a contrariar o princípio de Arquimedes.

Um dia destes, quebrada toda a expectativa como agora foi, certamente o «Tollan» emergirá das águas do Tejo. Os corpos dos quatro tripulantes dados como desaparecidos no seu bojo terão provavelmente sido encontrados. E o caso com ferros retorcidos será rebocado para o Poço do Bispo a ver quem dá mais.

O rasto do «Tollan» não se perderá, ainda, assim. O dinheiro cobrado pela Sealift ao Estado português dá qualquer coisa como 128 mil contos, grande parte dos quais ficará no nosso país. É uma cláusula contratual que obrigou a empresa a encomendar a um estaleiro português mais um dos pontões que utiliza para as suas operações de salva-

mento, um pouco por todo o mundo.

Do «Tollan» sobrarão, depois, muito mais. Ele alimentou anedotas e histórias, inspirou crónicas em jornais e na Rádio, mobilizou multidões. Encobriu crises políticas serviu de pólo de diversão para épocas mais quentes nos corredores governamentais.

E à sua volta até surgiu um certo imaginário. Ali pelas

margens já não faltava quem falasse dos espíritos maus do «Tollan» que para sempre impediriam a sua remoção. Como também não faltavam pescadores que viam em cada uma das suas mexidas um grande cardume cruzando o estuário. Ai, dominavam robalos à medida da imaginação abundante.

O requiem do «Tollan» inclui necessariamente o reta-

lhamento das esperanças de um «Felici» que por aqui andou, gastou algum dinheiro mas deixou muitos calotes. Quebrou cabos, esse italiano, originou uma explosão, acabou por ser proibido de mexer mais nos restos mortais do barco. E saiu muito mais calado do que entrara em cena. «Então, houve azar?» — prgunta, esta manhã um cliente da Transtejo, abordando um

dos madrugadores que cruzavam o rio, em direcção a Lisboa.

Que não houvesse, não há — parecia dizer-lhe, a uma centena de metros, a parte da ponte do navio que era visível. O sol iluminava quase a rasar a água e no pontão da «Sealift» era um sossego.

E, por fim, foi como que um

suspiro de alívio colectivo. A coligação governamental acabava de demonstrar, mais uma vez, que está para durar. A cobrança dos 2,8 por cento também ficou plenamente justificada. O diabo é que nos jornais, na Rádio e na Televisão, vai ser preciso, a partir de agora, um pouco mais de imaginação para tapar buracos.

R.V.



CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA

2700 AMADORA

SERVIÇOS MUNICIPAIS DE HABITAÇÃO

AVISO

Encontra-se aberto concurso público para arrematação da empreitada de construção dos lotes 51 e 52 na Damaia de Baixo nas seguintes condições:

- 1 — Preço base — 27 172 880\$00.
- 2 — Caução provisória — 679 322\$00.
- 3 — Alvará exigido — 1.ª subcategoria da I categoria ou equivalente, da classe correspondente ao valor da proposta.
- 4 — Entrega das propostas — Serviços Municipais de Habitação da Câmara Municipal da Amadora até 30 dias após a publicação deste aviso no Diário da República.
- 5 — Acto público do concurso — no início da primeira reunião pública da Câmara que se seguir ao termo do prazo fixado para a entrega das propostas (estas reuniões realizam-se na última quarta-feira de cada mês, pelas 15h30, na sala das sessões).
- 6 — Exame do processo e informações — Serviços Municipais de Habitação durante as horas normais de expediente.

Paços do Conselho da Amadora, 21 de Novembro 1983

O PRESIDENTE DA CÂMARA
Orlando Gaspar Guerreiro de Almeida

Câmara esquee negociações com moradores

Destruição de clandestinos do Baleal pode começar na segunda-feira

A Câmara de Peniche prepara-se para, na próxima segunda-feira, derrubar as casas clandestinas na zona do Baleal — alertaram esta manhã alguns dos proprietários dessas construções, que se mostram extremamente surpreendidos — uma vez que há três meses que decorrem negociações com a Câmara, nomeadamente com o seu presidente, para se encontrar uma solução para o problema.

No Baleal existiam, até há pouco, 146 casas contruídas clandestinamente, embora o terreno, em muitos casos, tenha sido comprado legalmente. Quase todas as casas são pré-fabricadas e desde que o diálogo com a edilidade se iniciou cerca de 40 foram já retiradas pelos proprietários que tinham local onde as guardam.

Contudo, como disse ao «DL» um dos elementos da Comissão de Moradores dos clandestinos do Baleal — que está a funcionar

em pleno — todos continuam à espera que a Câmara Municipal encontre um outro local para onde as casas possam ser transferidas e onde se possam construir as infra-estruturas necessárias. Os moradores chegaram já a oferecer cinco mil contos à Câmara para compra de um terreno.

A situação dos clandestinos do Baleal já vem de longe e, pode até dizer-se, foi estimulada por Câmaras anteriores. Desde 77 que os moradores no Baleal têm vindo a pedir orientação à edilidade, mas a resposta nunca apareceu e as novas construções entretanto surgidas foram até, de algum modo, claramente consentidas.

Em Julho deste ano foram afixados editais, dando como prazo limite para a retirada das casas o dia 31 de Outubro. As negociações foram no entanto prosseguindo e como o presidente da Câmara sabe, embora os proprietários dos clandestinos estejam de acordo com essa retirada,

apenas estão à espera de que se encontre uma solução justa e equilibrada, na qual estão profundamente empenhados.

«Por tudo isto é que não percebemos esta súbita atitude de força da Câmara, que já requisitou forças policiais para segunda-feira, dia em que, ao que parece, irão iniciar a destruição das primeiras casas» — disseram ao «DL» elementos da Comissão de Moradores.

«Ainda temos esperança de que o diálogo continue e que a força não se imponha. Parece-nos que a Câmara de Peniche, a seguir essa via, perde uma oportunidade única de resolver de um modo exemplar a questão dos clandestinos. Nós sabemos que temos que sair. Apenas pedimos que a questão seja resolvida com justiça e com a salvaguarda dos interesses de todos».

Na Câmara de Peniche não foi possível encontrar, esta manhã, qualquer responsável que nos pudesse dar a sua versão do que se está a passar.